
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS RELATIVOS AO AVANÇO DO CULTIVO DE SOJA NA REGIÃO SUDOESTE DE MATO GROSSO: QUESTÕES PRELIMINARES

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS RELATED TO THE ADVANCEMENT OF SOYBEAN CULTIVATION IN THE SOUTHWEST REGION OF MATO GROSSO (BRAZIL): PRELIMINARY QUESTIONS

Tânia Paula da Silva¹
Valéria do Ó Loiola²
Luciana Pinheiro Viegas³

RESUMO: O objetivo principal deste texto é analisar os conflitos socioambientais decorrentes da espacialização da monocultura da soja na região Sudoeste de Mato Grosso, em específico, no Município de Cáceres/MT. Busca-se identificar os grupos sociais mais afetados, seus projetos, aspirações e visões de mundo e os impactos socioambientais decorrentes da implantação da monocultura da soja neste município. Acredita-se que o cultivo da soja possibilita o crescimento econômico de um determinado grupo social, mas também, desencadeia inúmeros conflitos ambientais, sociais, econômicos e culturais, pois à medida que a fronteira agrícola avança, mudanças radicais são provocadas na estrutura do município e da região gerenciada pelos atores hegemônicos para o sucesso do cultivo da monocultura.

Palavras-chave: Monocultura da soja. Conflitos socioambientais. Cáceres-MT.

ABSTRACT: The main objective of this paper is to analyze the social and environmental conflicts arising from the spatial distribution of the monoculture of soy in southwestern Mato Grosso, in particular in the city of Cáceres / MT. Seeks to identify the most affected social groups, their projects, aspirations and worldviews and environmental impacts resulting from the implementation of soybean monoculture in this city. It is believed that soy cultivation enables the economic growth of a particular social group, but also triggers many conflicts environmental, social, economic and cultural, because as the agricultural frontier advances, radical changes are brought about in the municipal structure and the region managed by hegemonic actors for successful cultivation of monoculture.

Key words: Monoculture soy. Social and environmental conflicts. Cáceres-MT.

1 Professora Doutora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT. E-mail: tanggela@bol.com.br

2 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT. Profa. da Rede Estadual de Mato Grosso. E-mail: valeria.loiola@hotmail.com

3 Professora Doutora do Curso de Graduação em Turismo, Campus de Nova Xavantina e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT. E-mail: lucianapviegas@yahoo.com.br

Artigo recebido para publicação em julho de 2016 e aceito para publicação em novembro de 2016.

INTRODUÇÃO

O modelo agrícola atual é um modo de produção extremamente questionável devido as suas práticas se ancorarem em técnicas nada sustentáveis, causando ao meio natural e social impactos irreversíveis. Nas últimas décadas o agronegócio vem se ampliando e alcançando proporções jamais vista, transformando de maneira bastante significativa o meio rural brasileiro, concentrando grandes extensões de terras e tendo o domínio de tecnologias de ponto.

Segundo Fernandes (2008), esta concentração fundiária e expansão do agronegócio, têm sido responsáveis também pela expansão de conflitos no campo brasileiro, devido ao aumento vertiginoso do controle sobre o território e as relações sociais, desenvolvendo, conseqüentemente, as injustiças sociais. Quanto mais se produz, mais recursos naturais serão explorados, aumentando a mais-valia para assim, ampliar o capital e o enriquecimento de apenas uma parcela da população, e tendo como efeitos desse processo o aumento das desigualdades sociais.

Em Mato Grosso, a intensa ocupação do cerrado, voltada para a monocultura de grãos e formação de pastagens cultivadas, tem ocasionado inúmeras alterações no ambiente natural pelos impactos ambientais e da substituição da vegetação natural, como no social e econômico.

Na atualidade, verifica-se também um avanço acelerado na produção de soja na região Sudoeste do Estado, em específico no Município de Cáceres, com forte aporte de inovações tecnológicas. Segundo Neto Gouveia, secretário de Agricultura de Cáceres e vice-presidente da Famato, não foram apenas as ações estatais (terras baratas, financiamento público e a oferta de infraestrutura de escoamento etc.) o fator preponderante na expansão do agronegócio na região Sudoeste de Mato Grosso, e sim a favorável conjuntura econômica mundial.

O formato que a política econômica neoliberal e, conseqüentemente, com a política agrícola e agrária assumiu nos anos noventa, foi desfavorável à agricultura familiar e adequada ao agronegócio de grãos. Desde então o aumento da produção de soja se deve, dentre outros fatores, a adoção de incentivos fiscais favoráveis à exportação por parte do Estado, o qual tinha por objetivo facilitar a entrada do capital no setor agrícola (MESQUITA, 2008, p.3).

Tal situação, inserção da produção de soja no Município de Cáceres-MT, tem provocado mudanças na feição da agricultura cacerense e conflitos entre os diversos grupos sociais que habitam a região, principalmente no que tange os aspectos socioambientais.

Vivenciamos assim, duas racionalidades em confronto: de um lado, a população e os grupos sociais que resguardam a terra como patrimônio da família e da comunidade, defendido pela memória coletiva e por regras de uso e compartilhamento dos recursos; de outro lado, os latifundiários produtores da monocultura da soja, empreendedores públicos e privados que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como propriedade, e, como tal, uma mercadoria passível de valoração monetária (ALCSERAD, 2004).

Neste sentido, esta pesquisa, ora em andamento, tem por objetivo principal analisar os conflitos socioambientais relativos ao avanço do cultivo da soja na região Sudoeste de Mato Grosso, em específico no Município de Cáceres/MT. Busca-se analisar as transformações socioculturais e ambientais na região, identificando assim os grupos sociais mais afetados, seus projetos, aspirações e visões de mundo e os impactos socioambientais decorrentes da implantação da monocultura da soja neste município.

Para o desenvolvimento deste trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, buscando autores renomados que abordavam os assuntos tratados no decorrer do artigo,

tais como: Santos (2002) e (1998), Elias (2006), Acserald (2004), Little (2006) Ribeiro (1995), dentre vários outros autores. Embasamento teórico obtido a partir de livros, dissertações, artigos, sites especializados voltados para a área, com o intuito de construir e proporcionar aos leitores um claro entendimento quanto ao assunto tratado.

O artigo está estruturado em três partes, além da introdução e considerações finais. A primeira parte trata do processo de formação histórica da cidade de Cáceres/MT. A segunda parte contextualiza sobre a questão espacial e as relações sociais que nele se estabelecem e a terceira parte se discute sobre o complexo sojeiro, com seu processo de implantação em Mato Grosso e em Cáceres, destacando também, os impactos ambientais e socioambientais decorrentes dessa atividade agrícola.

BREVE HISTÓRICO SOBRE CIDADE DE CÁCERES-MT

A cidade de Cáceres, localizada na região Sudoeste de Mato Grosso, é considerada uma das mais antigas cidades do Estado. Seu processo de ocupação territorial teve início com as expedições bandeirantes que aqui chegaram na busca por riquezas e povos indígenas para o trabalho escravo.

Cáceres foi fundada no dia 06 de outubro de 1778, pelo Tenente Dragões Antônio Pinto do Rego e Carvalho por ordens do Capitão-General Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, português que governou Mato Grosso por 12 anos, tendo como denominação Villa Maria do Paraguay. Sua fundação surge motivada para se ter maior proteção da fronteira sudoeste de Mato Grosso, sendo ponto estratégico entre as cidades de Vila Bela da Santíssima Trindade e Cuiabá, navegável pelo Rio Paraguai até São Paulo (DAN, 2010, p. 24).

Segundo Mendes (1973), a ata de fundação feita pelo Tenente com a presença de algumas famílias ilustres na época foi lavrada com o seguinte texto:

Cáceres foi erigida na margem oriental do rio Paraguai, sete léguas ao norte da foz do rio Jauru e na confluência dos rios Sepotuba e Cabaçal, a povoação contou, inicialmente, com um total de 161 moradores de ambos os sexos, em que entrea em parte índios [...]. Mas tarde foi descoberto ouro nas proximidades do rio Cabaçal o que tornou Villa Maria mais próspera (MENDES, 1973, p. 34).

Cáceres teve seu desenvolvimento econômico ligado ao extrativismo, agricultura, pecuária e ao comércio, instalado no centro urbano da cidade, tendo como principais produtos comercializáveis a borracha, a madeira, plantas medicinais e o gado.

Pela Lei Provincial, de 28 de junho de 1850, Vila Maria do Paraguay passou a ser denominada de Vila de São Luiz do Paraguai. Em 05 de maio de 1874, a Vila de São Luiz do Paraguai foi elevada à categoria de cidade com a denominação de São Luiz de Cáceres, em homenagem ao seu fundador e santo padroeiro. (Álbum Gráfico de MT, 1914). Através do Decreto nº. 208, de 26 de outubro de 1938, por decisão da Câmara Municipal, passou a ser denominada apenas de Cáceres.

A organização socioespacial do município aconteceu através de vários ciclos econômicos interpondo períodos de alto índices econômicos e de estagnação ao longo de sua história. A intensificação comercial entre Cáceres e Corumbá feita por navegação fluvial pelo Rio Paraguai, torna possível o advento de importantes estabelecimentos industriais, tais como: a Fazenda Ressaca (usina de açúcar), Barranco Vermelho e Descalvados (produção de charque, caldos, extratos e conservas de carnes) os produtos produzidos eram destinados à exportação. Essas fazendas muito contribuíram com a economia da cidade no século XIX e início do século XX.

A exploração das matas do Alto Paraguai, de onde se extraíam a poaia (*ipecacunha brasilienses*), como também a borracha, peles de animais, madeira e a pecuária extensiva nas fazendas agropastoris, constituíram-se em fatores fundamentais para o reavivamento parcial do escasso povoamento da região de Cáceres, que perdurou até meados do século XX, período de um Brasil estritamente agroexportador e de poder político proveniente da propriedade rural (MENDES, 1973).

Durante o governo militar, nas décadas de 1960 a 1980, a região, estimulada pelo modelo de desenvolvimento adotado pelo Governo Federal, inicia-se um grande crescimento econômico e populacional, impulsionado pelas políticas de expansão da fronteira agrícola (MEDEIROS, 1999). A expansão agrícola no Estado proporciona o aumento expressivo da população vinda de outras regiões tomando posse das terras devolutas, sesmarias e terras públicas. Em Cáceres diversas transformações ocorrem para uma melhor estruturação da cidade, como: instalação de linhas de telégrafos, abertura da rodovia BR-070, a ponte de concreto Marechal Rondon, interligando o Leste ao Oeste do Estado, facilitando assim, a instalação de vários núcleos populacionais no território.

Cáceres e as demais regiões se beneficiaram com os programas de desenvolvimento nacionais, que tinham como objetivo anexar os grandes vazios demográficos ao processo produtivo brasileiro, (SEPLAN/MT, 2002), tais como o Programa de Integração Nacional (PIN), criado em 1970; o POLOCENTRO e o POLONOROESTE, que pavimentou, melhorou e construiu novas estradas, ampliou suporte técnico, possibilitou a regulação fundiária, demarcou terras indígenas, dentre outras ações. E mais, a criação do PROTERRA (Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos a Agroindústria do Norte e Nordeste), em 1971, contribuiu para o acesso as terras devolutas e públicas, com áreas superiores aos tamanhos propostos pelo Estatuto da Terra de 1964. Como relata Dan (2010, p. 33), esses programas foram apresentados como promoção da Reforma Agrária e Política Agrícola, onde havia uma intenção de desmobilizar os movimentos sociais que lutavam pela Reforma Agrária nesta região.

Com a criação desses projetos, Mato Grosso passou a deter grande parte dos investimentos para a Amazônia Legal, isso proporcionou um conjunto de bases legais para o acesso às grandes extensões de terras adquiridas a preços muito baixos, passando assim, a efetivar uma colonização agrícola e empresarial, objetivando desenvolver e transformar o Estado. Assim, no tocante a apropriação da terra pode-se afirmar que ocorreu um processo de diferenciação social decorrente da forma como se deu a sua posse e utilização conferindo especificidades a cada projeto de colonização.

Todos esses programas muito contribuíram para o desenvolvimento de Cáceres e região, pois a cidade era porto de saída para o escoamento de toda a produção; e também passou a desempenhar atividades agrícolas, além das atividades já desenvolvidas, como o extrativismo vegetal e pecuária.

Pode-se afirmar que Cáceres e região passaram por muitas transformações ao longo do tempo e a partir de 1980, novas mudanças ocorrem na paisagem da região e do município, com a implantação de 21 assentamentos rurais (INCRA, 2014).

Na atualidade, segundo o IBGE (2011), as principais atividades econômicas desenvolvidas no município são a pecuária extensiva, o comércio, o turismo e a prestação de serviços. A pecuária continua sendo uma de suas principais atividades econômicas do município, que possui um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil.

Nas últimas décadas o município teve um forte incremento na área do turismo, pois o Município de Cáceres é considerado a porta de entrada para o Pantanal Matogrossense; como também no setor agrícola, pois a partir de 2005 observa-se um avanço acelerado na produção da monocultura da soja.

Situação vivenciada não só em Cáceres e região, como também no país, pois no decorrer das últimas três décadas o agronegócio, em específico a produção de grãos para exportação, ganhou destaque no cenário mundial, transformando de maneira expressiva o campo brasileiro, o qual possui uma estrutura fundiária altamente concentrada, incorporando a partir da década de 1970 grandes extensões de terras do Cerrado, transformando cada vez mais o espaço natural e social.

Ressalta-se que em Mato Grosso, a incorporação da monocultura da soja expandiu-se rapidamente, tornando-se, o Estado, em curto espaço de tempo, um dos principais produtores de soja do país. Segundo dados da EMBRAPA (2000), no Estado de Mato Grosso, 42.212.500 ha são cobertos pelo Cerrado, abrangendo 83 municípios, e, somente, no Norte do Estado, existem cerca de 5.000.000 ha cultiváveis, com capacidade para produzir 15.000.000 t de grãos, tendo a soja como principal produto, desde a década de 1990.

Atualmente, no Município de Cáceres há cerca de 3 mil hectares de área plantada com soja na região. Contudo, à medida que a fronteira agrícola avança, expandindo a produção da soja para regiões de agropecuária tradicional, como no Município de Cáceres, ocorrem uma série de implicações no que tange aos aspectos socioambientais, gerando conflitos entre o grupo de capitalistas, sojicultores, detentores dos meios de produção e a população residente na região: camponeses, quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais etc. Pois,

Trata-se de um processo de insustentabilidade ambiental: na primeira etapa se desmata/ destrói o cerrado e/ou a floresta; numa segunda fase se implanta um sistema agropecuário dependente de alta tecnologia, de equipamentos e de sementes híbridas ou transgênicas dependentes de agrotóxicos e fertilizantes químicos para se desenvolverem; como consequência, a terceira etapa deste processo provoca danos imediatos (agudos) e/ ou tardios (crônicos) à saúde humana e ambiental ou cria situações de riscos para além dos locais das plantações agrícolas, ampliando os agravos, com impacto negativo social, sanitário e ambiental (PIGNATTI, MACHADO; CABRAL, 2007, p.107).

Ainda, em relação aos impactos ambientais, Lemos (2001) afirma que o modelo de expansão do agronegócio vem provocando consequências irreparáveis para os ecossistemas onde ele se instala. Sendo causadas pela retirada da cobertura vegetal original (desmatamento) e pela adoção de uma única cultura (soja), vale destacar a fragilidade do solo do cerrado. Dessa forma, temos uma situação de tendência à elevação dos custos de produção pelo uso intensivo de insumos, tais como a utilização maciça de agrotóxicos, que agem diretamente impactando na remanescente fauna e flora.

Já em relação aos impactos sociais, Mesquita (2008) destaca que mesmo a grande expansão do agronegócio, ou mesmo da economia como um todo, não traz garantias de melhorias nas condições de vida da população.

[...] o modelo econômico vigente tem sido padrasto da maioria da população, especialmente a rural, e dentre desta os grupos que formam os povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais etc” (MESQUITA, 2008, p. 15-16).

Portanto, é necessária uma análise crítica do processo de expansão da soja no Município de Cáceres-MT e região; pois apesar da mesma vir com o rótulo de promotora do “desenvolvimento”, na verdade, traz benefício somente a um grupo restrito de capitalistas, detentores dos meios de produção, em detrimento da população e grupos

sociais residente na região, principalmente por seu processo de ocupação e uso das terras (que marginaliza a produção familiar de alimentos); por promover a concentração da renda e da riqueza e gerar poucos postos de trabalho para os cacerenses, dada pela reduzida capacidade de fixação de mão de obra em decorrência do tipo de agricultura intensiva que é o agronegócio, que se assenta no uso de capital, sobretudo na forma de máquinas e equipamentos mecânicos.

A EXPANSÃO DA SOJA EM MATO GROSSO

Conforme dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, 2005), a soja é originária da Manchúria, região da China. É uma das culturas mais antigas, era plantada pelo menos há cinco mil anos, espalhou-se pelo mundo por intermédio dos viajantes ingleses e por imigrantes japoneses e chineses.

A soja teve sua primeira oficialização estatística em 1941 no Rio Grande do Sul, chegando a ser responsável por 93,03% da área cultivada do país naquele período. A partir de 1964, ancorado na demanda de farelos proteicos para alimentação animal pelos países europeus e no crédito fiscal, o avanço da fronteira agrícola da soja para outras regiões foi extraordinário, assim como o aumento da quantidade produzida (EMBRAPA, 1987).

Aparece no Brasil no início do século XX, com um maior impulso em meados dos anos 1970, em consequência da crise na safra sofrida na Rússia e a falta no cumprimento na demanda mundial.

A disponibilidade de terras a baixo custo foi o que atraiu a produção de soja para Mato Grosso, todavia exigiu a utilização de um grande aporte de tecnologias para assim tornar-se possível o cultivo em grandes extensões de terras. Segundo Cunha (2008), a soja em Mato Grosso é iniciada de forma experimental em 1977. O autor relata que desde o início de sua implantação no Cerrado, a soja sempre contou com o apoio do Governo, sendo através de créditos, pesquisas e em programas de desenvolvimento agropecuário.

Nos últimos 20 anos a soja tem sido a cultura que mais apresentou progresso dentro do contexto nacional, fatores esses que foram possíveis devido a essas condições favoráveis dos elementos naturais, melhorias e maiores investimentos no setor de logística e de transporte do país. Mas, em contrapartida, vem sendo constatado grandes impactos ambientais provocados por essa atividade, sendo eles: o aumento do desmatamento, principalmente no bioma Cerrado, degradação do solo e agravamento do quadro crítico da disponibilidade de recursos hídricos, decorrente da irrigação (BRASIL, 1995 *apud* BARRETO, 2005, p.5).

Outros impactos visíveis são as “erosões dos solos, o assoreamento de rios, a eutrofização dos rios, o nível de cobertura e perda gradual da fertilidade dos solos, fogo disseminado pelos minitornados que assolam a região ou pelos próprios equipamentos usados na colheita” (MUELLER; BUSTAMANTE, 2002 *apud* PASQUIS; VARGAS, 2009, p.11).

A mecanização que chega junto com a soja tem causado, também, impactos socioeconômicos, principalmente, para os pequenos produtores, onde esses pequenos produtores são expulsos de suas pequenas propriedades, para dar lugar aos grandes latifundiários.

Schwenk (2013) salienta que, com a introdução de inovações tecnológicas, grande parte das forças produtivas são substituídas, gerando uma onda de desemprego na região, onde trabalhadores sem espaço para cultivar, vão para as cidades em busca de empregos, gerando uma série de transtornos devido esses trabalhadores não terem qualificação profissional.

Segundo Fernandes (2008), “O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo, agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento [...]”. Toda essa situação de concentração fundiária e

expansão do agronegócio tem sido o grande responsável também pelo aumento dos conflitos no campo brasileiro, pois esse modo de produção capitalista não só promovem a destruição da natureza, ameaçando com o rompimento dos processos ecológicos regeneradores, responsáveis pela sustentação da vida na terra, em concordância com Lefèbvre *apud* Santos (1998); como também confrontos de interesses sociais, econômicos e culturais, tais como:

[...] a exclusão da população local do novo sistema produtivo por força ou por não obter mão-de-obra especializada, nem conhecimento ou capital para aplicar na alta tecnologia, ou por não conseguir comercializar nem competir seus produtos e preços ou sua tecnologia com aquela de ponta de seus oponentes, indo para a periferia das cidades, beira de estradas e passando até por trabalhos escravizados; aumento da oferta de empregos e do padrão e qualidade de vida em detrimento de grande consumo de matéria-prima e de impactos ambientais complexos; pressões exercidas dentro e em torno das reservas indígenas e invasões em unidades de conservação; desmatamento do cerrado e florestas nas áreas indígenas, quilombolas e camponesas para o plantio de soja tecnificada, proporcionando desigualdades culturais e sociais entre os mesmos, assim como manifestações de alcoolismo, prostituição e de doenças como a AIDS e sífilis, entre outras (GOMES, 1997, p. 06-08).

Em Mato Grosso o espaço passa a ser organizado para atender a demanda nacional e internacional, substituindo a quantidade de trabalho por tecnologias, informações e inovações. Incorporando um sistema capitalista concentrado e excludente de pequenos agricultores que antes retiravam da terra seu sustento, onde o processo de apropriação do espaço acontece de forma desigual e injusta, situação que denuncia as falácias da noção hoje dominante de desenvolvimento sustentável.

Em Cáceres, cidade que detém o maior rebanho bovino do Estado, a história do plantio da soja é mais recente. Somente a partir de 2005, as estatísticas do IBGE passam a indicar uma área significativa do plantio no município: 3 mil hectares. As maiores áreas estão localizadas na comunidade da Gleba São Luiz, região da Morraria, na Fazenda Morada do Sol, próxima à fronteira com a Bolívia e mais recentemente na Fazenda Ressaca. Nessas propriedades se encontram cerca de 80% da área cultivada. O cultivo, em geral, ocupou áreas anteriormente destinadas à pecuária bovina. O plantio, no entanto, vem crescendo nos últimos anos, principalmente sobre áreas degradadas de pastagem. Uma das razões para isto é o valor da terra em Cáceres, comparado aos de regiões de maior concentração da soja no estado: um hectare de terra nesta região vale cerca de 25% dos preços praticados no Município de Sorriso, que é considerado um dos maiores produtores de soja do país.

Existe uma proposta em curso sobre a construção do porto de Morrinhos, empreendimento este que visa facilitar o escoamento da produção da soja da região, possibilitando a saída de grandes comboios para o Sul, em direção à Bacia do Prata. Para o trecho entre Corumbá e Cáceres, estão previstas obras para permitir a navegação de grandes embarcações, tais como: dragagens, regularização do leito do rio, retirada de rochas e modificação no canal natural do rio. Intervenções essas que podem causar sérios impactos no bioma Pantanal.

As obras previstas para os próximos 10 anos vão impactar o trecho Cáceres-Corumbá, que servirá principalmente para o escoamento da soja. Sendo que esse trecho abrange uma região muito sensível, com áreas bem estreitas, regiões com áreas bastante desmatadas e de solo frágil e arenoso, conseqüentemente aumentando o seu potencial erosivo devido ao seu mal-uso.

Atualmente, como nos revela a pesquisadora Débora Calheiros (IHU, 2012), existem 44 hidrelétricas em funcionamento na bacia do Alto Paraguai, sendo que se encontra para análise a construção de mais 110 hidrelétricas totalizando, 154 barragens ao longo do rio. Ainda, segundo Calheiros (IHU, 2012), essas transformações relativas ao avanço do cultivo de soja na região Sudoeste de Mato Grosso, em específico no Município de Cáceres, poderão promover impactos socioambientais tais como: perda da biodiversidade e destruição de ecossistemas; contaminação ambiental do solo, água e alimentos por agrotóxicos; contaminação humana de trabalhadores, moradores e consumidores por agrotóxicos; invasão e expulsão de camponeses, pescadores e quilombolas; concentração da terra, renda e poder político dos grandes produtores através da ampliação das monoculturas entravando ainda mais a Reforma Agrária, a Agroecologia e impulsionando êxodo rural; E, conseqüentemente, acabará ocasionando conflitos socioambientais decorrentes desse modelo de produção, excludente e concentrador de terra e renda.

OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E OS MOVIMENTOS SOCIAIS

O atual modelo de desenvolvimento adotado, favorecendo a expansão econômica em detrimento das questões ambientais, tem provocado graves situações de conflitos, pois, simultâneo ao crescimento da economia, vivenciamos o progresso da destruição dos biomas, das injustiças ambientais, da concentração de renda, da violência no campo, da desigualdade social etc. tornando-se assim, o conflito socioambiental uma pauta importante e incessante nas questões relacionadas ao meio ambiente.

De acordo com Acserald (2004, p. 26) um conflito ambiental é gerado por diferentes grupos sociais, “com modo diferenciado de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis”.

Esta definição é bastante completa no sentido de que inserem no campo de disputa, de um lado, aqueles que, de alguma forma, são os causadores dos problemas que geram os conflitos e, de outro, os que, por se sentirem prejudicados, partem para o enfrentamento.

Little (2006, p. 91) propõe uma definição de conflito ambiental com base nos princípios da ecologia política caracterizando-o como um “conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico”. De acordo com esse autor, os conflitos podem ter várias dimensões e características, podendo ser provocados pelo controle sobre determinados bens naturais. Em outros casos, podem emergir em função dos impactos socioambientais gerados pela ação humana, tais como desmatamento, queimadas, contaminação dos rios e do ar ou construção de grandes empreendimentos. Podem ocorrer também em torno de valores e alterações de modos de vida, indo além dos embates políticos e econômicos incorporando elementos éticos e identitários.

Para Martinez-Alier (2007, p. 208), “os conflitos nascem da contradição entre crescimento econômico e sustentabilidade ambiental”. Neste sentido, os conflitos ambientais existem e chocam-se paulatinamente no cotidiano das populações economicamente desfavorecidas. Acirradas pela era das incertezas, as forças antagônicas sobrepujam as lutas, dilacerando as identidades e os territórios pelo poder capital.

Ribeiro (1995) assegura que os conflitos envolvendo os recursos naturais englobam peculiaridades como a existência de impactos diretos e indiretos de determinadas atividades socioeconômicas, como conseqüências dessas ações surgem características negativas ao meio ambiente, como degradação e desequilíbrio, ameaça à sustentabilidade de áreas físicas de bens coletivos e de recursos naturais escassos, além da extinção de espécies nativas. O autor revela que o ambiente natural é algo de uso coletivo, e quando não é o que acontece isso acarretará disputas e conflitos para alcançarem seus objetivos.

Na análise de Carvalho e Scotto (1995), o conflito socioambiental se apresenta como um conflito social que expressa uma luta entre interesses opostos, que disputam o controle dos recursos naturais e o uso do meio ambiente comum. Sendo que conflito social é o acesso aos recursos naturais o seu principal objeto de disputa, e mais, trata-se da luta pelo direito ao espaço ambiental tradicionalmente ocupado, uma luta pela apropriação material e simbólica da natureza, pela definição e reconhecimento dos significados atribuídos ao território.

Fato esse visível a partir dessa inserção do setor sojeiro no Estado de Mato Grosso, tendo um rápido avanço do agronegócio pelas terras do Cerrado, causando assim, como já foi anteriormente citado, vários problemas de ordem ambiental e social.

Segundo Acselrad (2004, p.23), os conflitos surgem em função das relações de poder existentes em dois espaços sociais. O primeiro espaço é a distribuição e capacidade dos indivíduos de terem acesso aos bens naturais, como água, solo e recursos minerais; e isso se configura ao acesso ao “capital material”. O segundo espaço é aquele onde se confrontam representações, modo de distribuição de poder verificado no primeiro espaço, sendo neste segundo espaço o lugar onde acontecem as disputas mediante afirmações de diferentes significações.

O autor revela que os conflitos devem ser analisados sob a ótica desses dois espaços, revelando que é no primeiro espaço que se desenvolve as “lutas sociais, econômicas e políticas, através da apropriação dos diferentes tipos de capital, pela mudança ou conservação da estrutura de distribuição de poder”. E no segundo espaço, onde se desenvolvem as lutas simbólicas para impor as categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder sobre os distintos tipos de capital. (ACSELRAD, 2004, p. 23).

As relações de poder existentes entre esses dois espaços é onde surgem os conflitos em torno do desenvolvimento das lavouras de soja no Estado. É que neste conflito o que está em curso são as diferentes construções sociais, como os valores, crenças e saberes que influenciam as estratégias de legitimação utilizadas pelos atores envolvidos nesses conflitos que possuem diferentes percepções quanto aos problemas existentes: ao capital agroindustrial – ampliação da margem de lucro; às comunidades rurais – comprometimento da saúde ambiental e da população, numa verdadeira sangria do território.

A soja em Mato Grosso tem causado uma crescente transformação no processo de urbanização de algumas cidades, sendo recriadas para atender a demanda do agronegócio, gerando mudanças ambientais e socioeconômicas, causando impactos não somente no campo com o grande êxodo rural, mas também nas cidades que não estão preparadas para receber a população camponesa que foi expulsa de suas terras, que acabam se inserindo em subempregos e no mercado informal, fortalecendo assim a esfera inferior da economia. A concentração de terra que viabiliza a expansão da soja e a industrialização de seus derivados inviabiliza as atividades de pequenas e médias empresas, geradoras de emprego e renda, e representam um nefasto processo de concentração de riqueza e renda (SCHLESINGER, 2014).

Portanto, é necessário se construir nesta região uma transição agroecológica eficiente em termos de proteção ambiental, segurança alimentar e fixação com qualidade de vida das famílias agricultoras. E isso também implica na construção de novas bases argumentativas e mobilizações políticas que enfrentem as grandes monoculturas, a produção e o comércio de agrotóxicos, assim como valorizem a produção rural regional, familiar e agroecológica.

É necessário que o país debata de forma mais democrática e consciente qual modelo de progresso e desenvolvimento desejamos para as gerações atuais e futuras para que o crescimento econômico de curto prazo não se sobreponha às necessidades de saúde, justiça e preservação ambiental dos grupos sociais que vivem e sobrevivem nestes territórios. Neste processo, é extremamente importante a criação e empoderamento de

movimentos sociais e espaços públicos de discussão que poderão contribuir para uma transição com bases mais justas e sustentáveis (ALCSERAD, 2004).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Como síntese das análises em andamento, podemos apontar que a terra é bem pertencente a toda sociedade; e como bem ressalta Oliveira (2003) quem produz alimento para a população brasileira não é o grande latifundiário e sim o produtor de base familiar. Portanto, é necessário revermos a apropriação e uso indevido do espaço, principalmente porque as forças do mercado manifestadas no discurso hegemônico dos grandes latifundiários, das empresas e de alguns setores do Estado insistem em transformar o espaço e seus recursos em plena mercadoria, passível de apropriação privada para geração de riqueza destinada à exportação.

Situação que, em nome de um desenvolvimento desenfreado, promove injustiças ambientais e o acirramento dos conflitos entre os diferentes grupos sociais que se apropriam e usam este território; conflitos decorrentes dos significados socioculturais distintos atribuídos ao território, incluindo aí os vários significados do que seja riqueza e desenvolvimento.

Em suma, faz-se necessário que o quanto antes sejam tomadas medidas para a construção de uma agricultura mais sustentável, que preserve os saberes das culturas tradicionais, proporcionando incentivos para assim, garantirem a preservação sociocultural e para fortalecer a luta das comunidades contra as injustiças ambientais em seu território.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As Práticas Espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: ACSELRAD, H. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, Fundação Heinrich Böll, 2004, p.13-35.
- BARRETO, Clarissa de Araújo. Os impactos socioambientais do cultivo de soja. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2004.
- CARVALHO, I; SCOTTO, G. **Conflitos socioambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- CUNHA, O. E. **Expansão da soja em Mato Grosso e desenvolvimento econômico no período de 1995 a 2005**. 153f. Dissertação (Mestre em Economia). Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento Regional – Universidade de Mato Grosso. Cuiabá, 2008.
- DAN, V. C. **O acesso à cidade**: questões socioeconômica da cidade de Cáceres com enfoque na praça da feira. 2010, 241 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus Marechal Cândido Rondon, 2010.
- ELIAS, D. Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola: In SPOSITO, M. E. B; SOBA, R. O. **Cidades médias regionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2006. 376p.
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. O agronegócio da soja no Centro-Oeste. Dourados: Ministério da Agricultura e Abastecimento, 2000.
- _____. **Soja na alimentação**. 2005. Disponível em: <http://www.cnpsa.embrapa.br/soja_alimentacao>.
- _____. **A soja no Brasil**: história e estatística. Londrina, 1987.
- FERNANDES, B. M. Agricultura de mercado, campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (Orgs.) **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008a. p. 161-186. (Geografia em Movimento).

- GOMES, M.V. **Uso e ocupação do solo: zoneamento sócio econômico-ecológico do Estado de Mato Grosso e assistência técnica na formulação da 2ª aproximação.** Cuiabá: Prodeagro, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades:** Cáceres/MT. 2011. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/cidades>>.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU. **Hidrelétricas comprometem conservação do Pantanal:** entrevista especial com Débora Calheiros. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/513184-hidreletricas-comprometem-conservacao-do-pantanal-entrevista-especial-com-debora-calheiros>>.
- INSTITUTO NACIONAL DA REFORMA AGRÁRIA- INCRA. **Assentamentos.** 2014. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>.
- LEMONS, J. J. S. O Cultivo da Soja no Sul do Maranhão. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Brasília. **Anais...** Brasília/ DF: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2001.
- LITTLE, P. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.) **A difícil sustentabilidade:** política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 107-122.
- MARTINEZ-ALIER, J. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.
- MENDES, N. F. **História de Cáceres:** história da administração municipal. Cáceres: Editora do autor, 1973, p. 34.
- MEDEIROS, H. **Impactos políticas públicas sobre os pescadores profissionais do Pantanal de Cáceres – Mato Grosso.** Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental – USP. São Paulo, 1999.
- MESQUITA, B. A. de. Política neoliberal e os impactos na expansão do agronegócio na Amazônia. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE LA SEPLA AMERICANA LATINA: Escenarios del nuevo desafíos e horizontes de transformacion, 4. 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires, 2008.
- OLIVEIRA, A. U. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 2, p. 113-156, jul.-dez. 2003.
- PASQUIS, Richard; VARGAS, Gloria M.. A soja em Mato Grosso: determinantes do seu avanço e problemas socioambientais. In: AGUIAR et al. **Desenvolvimento territorial diretrizes para a região BR-163.** Brasília: WWF, Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.dialogos.org.br/arquivo/colecao/AsojaemMatoGrosso.pdf>>.
- PIGNATI, Wanderlei A; MACHADO, Jorge M. H; CABRAL, James F. Acidente rural ampliado: o caso das “chuvas” de agrotóxicos sobre a cidade de Lucas do Rio Verde-MT. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 1, 2007. p. 105-114.
- RIBEIRO, R. F. Introdução à questão metodológica. In: DIEGUES, A. C. S. **Conflitos sociais e meio ambiente:** desafios políticos e conceituais. Rio de Janeiro: IBASE, 2005.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo. Edusp, 2002. 384 p.
- _____. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHWENK, L. M. Transformações decorrentes do processo de expansão da soja em Mato Grosso: algumas reflexões no contexto ambiental, econômico e social. **Revista Mato-Grossense de Geografia.** Cuiabá: UFMT, n. 16, p. 61-88, jan/jun. 2013.
- SCHLESINGER, S. **Pantanal por inteiro, não pela metade:** soja, hidrovias e outras ameaças à integridade do Pantanal. Mato Grosso, Brasil, 2014.
- SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN. **Histórico de ocupação do Estado de Mato Grosso.** 2002.